

CORREIO PAULISTANO

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



Criação da Frente Parlamentar de Políticas em HIV/Aids

CCJ dá aval a projetos sobre educação, saúde e social

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) da Câmara de São Paulo analisou nesta quarta-feira (17) uma pauta com 95 propostas, entre projetos de lei, decretos legislativos e resoluções. Ao todo, 72 matérias receberam parecer favorável do colegiado, incluindo iniciativas relacionadas a reajuste salarial, educação, saúde, assistência social e concessão de homenagens. Entre os destaques estão os projetos da Mesa Diretora da Câmara e do Tribunal de Contas do Município que preveem a recomposição salarial de servidores dos dois órgãos, com base na inflação acumulada entre o mês de março de 2025 e o mês de fevereiro de 2026. As propostas seguem para análise do Plenário.

Frio intenso gera alerta em SP

A Defesa Civil do Estado de SP emitiu alerta para a queda acentuada das temperaturas em diversas regiões paulistas nos próximos dias. Na capital, os termômetros podem registrar mínima de 9°C. Diante do cenário, o governo estadual anunciou a ativação do Abrigo Solidário na Estação Pedro II, da Linha 3-Vermelha do Metrô, para acolher pessoas em situação de rua durante as noites mais frias. O espaço oferecerá colchões, cobertores e alimentação.

Guilherme Oliveira / REDE CÂMARA SP



A frente também vai acompanhar ações do poder público

Câmara instala Frente Parlamentar

A Câmara Municipal de SP instalou a Frente Parlamentar em Defesa da Educação para Jovens e Adultos (EJA). O grupo foi criado para ampliar o debate sobre políticas públicas voltadas à modalidade de ensino destinada a pessoas que não concluíram os estudos na idade regular. A frente também pretende acompanhar ações do poder público, discutir propostas para reduzir a evasão escolar e promover iniciativas de inclusão educacional. A criação do colegiado foi formalizada por resolução publicada neste ano e reúne vereadores aliados ao tema.

Entrega de títulos de imóveis

O prefeito Ricardo Nunes entregou, nesta quarta-feira (17), 670 escrituras de imóveis para moradores de 40 conjuntos habitacionais de diversas regiões da capital. A ação foi realizada por meio do Programa Escritura na Mão. O executivo trata o programa como a maior iniciativa de titulação imobiliária da história. A iniciativa garante aos beneficiários o direito legal de propriedade.

Vila Reencontro I

A Prefeitura de SP entregou a unidade Vila Reencontro São Mateus I, na Zona Leste, ampliando a oferta de moradia temporária para famílias em situação de vulnerabilidade. O local integra o Programa Reencontro, para acolhimento de pessoas que vivem em situação de rua ou enfrentam dificuldades habitacionais.

Vila Reencontro II

A estrutura conta com módulos habitacionais equipados para atender diferentes perfis familiares, além de espaços de apoio e convivência. Os moradores recebem acompanhamento de equipes técnicas e têm acesso a ações voltadas à qualificação profissional, geração de renda e fortalecimento de vínculos.

Com. Trânsito I

A Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo realizará, na próxima terça-feira (23), uma audiência pública para analisar indicadores operacionais do sistema de transporte coletivo da capital paulista e discutir informações apresentadas pela SPTrans.

Com. Trânsito II

O debate tem o foco de avaliar dados sobre a operação dos ônibus municipais, incluindo volume de passageiros transportados, arrecadação tarifária, frota em circulação e outros indicadores de desempenho do serviço. A apresentação dos números atende à legislação municipal que determina o envio do relatório da SPTrans.

Silvinho Leite I

O plenário da Câmara de SP aprovou a indicação do vereador Silvinho Leite (União Brasil) para integrar o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). A escolha foi formalizada por meio de requerimento aprovado pelos parlamentares da Casa.

Silvinho Leite II

Além do titular, a Câmara também indicou o vereador suplente para representar o Legislativo no colegiado durante eventuais ausências. O mandato dos representantes tem duração de três anos, conforme as regras do conselho. Silvinho Leite está em seu primeiro mandato como vereador na Câmara.



Tramitação da proposta ainda precisará ser concluída

LDO 2027 é aprovada em 1ª votação na Câmara de SP

Projeto prevê receita de R\$ 138,6 bilhões para o próximo ano

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em primeira votação, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. A proposta, encaminhada pela Prefeitura da capital, estabelece as bases para a elaboração do orçamento municipal do próximo ano e prevê uma receita de R\$ 138,6 bilhões.

O texto aprovado corresponde a um substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei 299/2026. A análise ocorreu durante sessão plenária realizada nesta terça-feira (16). Durante a discussão da matéria, vereadores da oposição manifestaram divergências em relação às projeções de arrecadação e a outros pontos do projeto.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), documento que define quanto o município pretende arrecadar e como os recursos públicos serão distribuídos entre as diferentes áreas da administração. A LDO também estabelece metas fiscais e prioridades que deverão ser observadas na construção do orçamento do ano seguinte.

Antes de chegar ao plenário, a proposta foi debatida pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara. Desde o envio do projeto pelo Executivo, em abril,

foram realizadas audiências públicas para discutir o conteúdo da matéria. Os encontros reuniram representantes do poder público, especialistas e cidadãos interessados em acompanhar o planejamento financeiro da cidade.

Entre os temas debatidos ao longo da tramitação estiveram a previsão de receitas, a distribuição dos investimentos entre as regiões da capital, a destinação de recursos para políticas públicas e os mecanismos de participação popular e fiscalização das contas municipais.

Apesar da aprovação em primeiro turno, a tramitação da proposta ainda não foi concluída. O projeto seguirá para uma nova etapa de análise na Câmara Municipal de São Paulo. Os vereadores terão prazo para apresentar emendas ao texto antes que ele retorne ao plenário.

Após esse período, a LDO precisará ser submetida a uma segunda votação. Somente depois da aprovação em segundo turno o projeto poderá concluir sua tramitação no Legislativo e servir de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027.

A definição das diretrizes orçamentárias é considerada uma das principais etapas do calendário financeiro do município, já que o documento orienta a formulação do orçamento que financiará áreas como saúde, educação, transporte, habitação, assistência social e demais serviços públicos da capital paulista ao longo do próximo ano.